

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

URGENTE

APFD nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXXXXXXX, no exercício de sua autonomia preconizada no §2º do art. 134 da CF/88 e no uso de sua competência legal prevista no art. 4º da LC Federal 80/94, assistindo durante a fase inquisitiva os interesses de NOME DO ASSISTIDO, já qualificado nos autos, vem informar e requerer o que se segue.

Segundo consta, o autuado teria se identificado com o nome de seu irmão XXXXXX. Entretanto, no XXXXXXXXXXXX ele informou seu nome verdadeiro: XXXXX.

Quando apresentado em audiência de custódia, não havia mais qualquer celeuma ou dúvida à respeito de sua identificação. A Magistrada concedeu a XXXXXXXX liberdade provisória com cautelares e expediu o alvará de soltura.

Entretanto, ele não foi colocado em liberdade pela Direção da unidade prisional, segundo informa o documento de fl. XX, por entender que subsistem divergências quanto à sua identificação.

Excelência, XXXXXXXX não está preso em flagrante e não está preso preventivamente, portanto, sua prisão é ilegal.

Além disso, o documento de fl. XX afasta qualquer dúvida a respeito de sua identidade, pois afirma que “Foi realizada a confirmação da biometria do mesmo que constou positiva para: XXXX/XXXXX.”

Em sendo assim, requer seja oficiada à unidade prisional para que coloque XXXXXXXX em liberdade imediatamente.

Pugna, por fim, pela observância do art. 128, I, da Lei Complementar 80/94, que dispõe que o Defensor Público será intimado pessoalmente em qualquer feito, contando-se-lhe em dobro todos os prazos.

XXXXXXXX, XX de XXXXXX de XXXX.

Defensor Público
DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXXXXX